



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0328103-0**

**COMARCA: AFOGADOS DA INGAZEIRA – 2ª VARA CÍVEL**

**APELANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**

**APELADO: LUIZ GONZAGA LEMOS DE LIMA**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**EMENTA:** CÓDIGO CIVIL E CDC – APELAÇÃO – FRAUDE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO – PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO – REJEIÇÃO – CONTRATO NÃO CELEBRADO PELO CONSUMIDOR – ELEMENTOS DE PROVA NÃO EXIBIDOS EM JUÍZO PELO APELANTE – DEVOLUÇÃO EM DOBRO DAS PARCELAS INDEVIDAMENTE COBRADAS – DANO MORAL IN RE IPSA. SENTENÇA CONFIRMADA.

1. No caso dos autos, o empréstimo consignado tem natureza civil, não previdenciária, a reclamar presença do INSS. Preliminar rejeitada.
2. Não comprovada a celebração do contrato impõe-se a restituição em dobro das parcelas indevidamente descontadas em folha.
3. Mantida a condenação por dano moral *in re ipsa*, fixada nos limites da razoabilidade e proporcionalidade, facultada a compensação de eventuais valores depositados em conta e não devolvidos pelo apelado.
4. Sentença mantida. Recurso improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, acordam os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, em rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça Estadual e, no mérito, por maioria de votos, **negar provimento ao recurso**, tudo nos termos do voto do Relator e Notas Taquigráficas, que passam a compor o presente aresto.

Recife, 20 de maio de 2014.

  
**DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
**RELATOR**



**Poder Judiciário**

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0328103-0**

**COMARCA: AFOGADOS DA INGAZEIRA – 2ª VARA CÍVEL**

**APELANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**

**APELADO: LUIZ GONZAGA LEMOS DE LIMA**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**RELATÓRIO**

Remeto à pauta este Recurso de Apelação, interposto pelo **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, em face da sentença proferida pelo Douto Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Afoogados da Ingazeira/PE, nos autos da Ação de Declaração de Inexistência de Débito c/c Danos Materiais e Morais (proc. 0001556-33.2012.8.17.0110) com pedido de Antecipação de Tutela, proposta por **LUIZ GONZAGA LEMOS DE LIMA** ora apelado, que assim desatou a questão: *"...Julgo procedente os pedidos iniciais para DECLARAR a inexistência do débito imputado ao autor, e CONDENAR o demandado a indenizar o mesmo por danos morais fixados na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com aplicação de juros de mora de 1% ao mês, a partir desta data, além da restituição em dobro dos valores cobrados indevidamente, o que perfaz o valor líquido, até a presente data, de R\$ 5.952,00 (cinco mil novecentos e cinquenta e dois reais), tendo em vista que, conforme documentação de fls. 65/69, das 60 (sessenta) parcelas do empréstimo em questão, já foram consignadas, até a data atual, 16 (dezesseis) parcelas em seu benefício. (...) Finalmente, condeno ainda o demandado ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários advocatícios, que fixo no percentual de 10% (dez por cento), sobre o valor total da condenação anteriormente imposta".*

Nas razões recursais suscita o recorrente a preliminar de incompetência do Juízo por entender configurada a existência de litisconsórcio passivo necessário e a



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

responsabilidade objetiva do INSS, na qualidade de órgão pagador do benefício no qual foram realizados os descontos.

No mérito, afirma que o contrato foi regularmente celebrado, inexistindo qualquer requisito apto a ensejar a sua nulidade ou anulabilidade dentro das hipóteses previstas nos arts. 166 e 167 do Código Civil.

Ressalta a impossibilidade de restituir em dobro as importâncias recebidas, pois a disposição do art. 42 do CDC deve harmonizar-se com o art. 940 do Código Civil. No caso, o apelante nem demandou por dívida paga nem pediu mais do que é devido, enfim, não agiu de má-fé.

De resto, caracteriza o fato narrado na inicial como aborrecimento ou mero dissabor, figuras não equivalentes a dano moral, cujo arbitramento se mostra excessivo, configurando verdadeiro e explícito enriquecimento sem causa razão pela qual o STJ firmou posicionamento para fixar em R\$ 1.000,00 as indenizações em casos bem mais graves que o presente, transcrevendo, a título de comprovação, acórdão datado de 06/11/2006 (fls.86/87).

Requer a reforma da sentença ou a redução do “quantum” indenizatório ao patamar máximo de R\$ 1.000,00 – prequestionando os dispositivos citados no texto recursal – e o cálculo dos juros moratórios a partir da data da ciência da decisão que arbitrou o valor dos danos extrapatrimoniais, invertidos os ônus da sucumbência.

Ao repelir as razões de apelação lembra o recorrido que o apelante defendeu-se no curso da ação com a suposta ocorrência de fraude, fato que não ilide sua responsabilidade civil, posto que o réu tem de suportar o risco de sua atividade, o ônus legal que existe para preservar a segurança contratual e a liquidez do objeto contratado.

Acrescenta que as operações e contratações de crédito pessoal, na forma de consignação, movimentam milhões de reais mas o descuido e negligência tornaram



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

rotineira a ocorrência de fraudes e a usurpação de dados, prejudicando diversos beneficiários do INSS.

Entende assim que o dano moral existe a partir do desconto das parcelas, com eliminação da única fonte de renda do apelado exposto ao risco iminente de passar necessidades, consistindo aí *"a violação de sua honra e a provocação de profunda dor íntima"*, porque *"o desconto mensal traduz-se em verdadeira violência contra a dignidade da pessoa humana, pois alguém que percebe algo em torno de 1 (um) salário mínimo para se sustentar e prover a família, não pode ser compelido a sacrificar tão ínfimo valor em favor da conduta desonesta e irresponsável da ré"* (fl.99).

De maneira que os efeitos do ato ilícito praticado pelo apelante alcançaram a vida privada do apelado, quebrando a paz, a tranquilidade e a harmonia do lar, merecendo reparação para amenizar o constrangimento sofrido.

Invoca os arts. 186 e 944 do Código Civil, art. 5º, V e X da CF-88 e a inversão do ônus da prova, na certeza de que é hipossuficiente enquanto o recorrente dispõe de informações, documentos e gravações telefônicas capazes de provar satisfatoriamente o alegado, mas nenhuma prova acompanha a contestação, embora tenha declarado que *"o contrato de empréstimo consignado não realizado, conforme alegações da parte autora, consta da nossa base de dados, o requerido não visa obter enriquecimento ilícito para com seus clientes"* (sic, fl.32) .

Requer a manutenção do *decisum* monocrático.

Independentemente de revisão (Parágrafo Único do art. 76 do Regimento Interno do TJPE), inclua-se em pauta.

Recife, 02 de maio de 2014

  
**DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
**RELATOR.**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0328103-0**

**COMARCA: AFOGADOS DA INGAZEIRA – 2ª VARA CÍVEL**

**APELANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**

**APELADO: LUIZ GONZAGA LEMOS DE LIMA**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**VOTO**

**PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL**

Conforme relatado, suscita o recorrente a preliminar de incompetência do Juízo estadual por entender configurada a existência de litisconsórcio passivo necessário com a responsabilidade objetiva do INSS.

O empréstimo consignado ou crédito consignado é um contrato regido pela Lei 10.820/2003, com pagamento indireto deduzido diretamente da folha de pagamento da pessoa física e pode ser obtido em bancos ou financeiras.

Em se tratando de consignação dos benefícios previdenciários a Instrução Normativa n. 28, do Ministério da Previdência Social e suas alterações posteriores, estabeleceram critérios para disciplinar a **operacionanização** dos pagamentos das parcelas entre o INSS e as instituições financeiras, simplificando o procedimento de tomada de empréstimo pessoal. E a Lei 8.112/90 também prevê, no art. 45, Parágrafo Único, o desconto sobre a remuneração dos servidores públicos – **mas, o INSS não figura como parte nesses contratos, não discute cláusulas nem condições**. A relação é estabelecida entre o mutuário e a instituição financeira.

No caso dos autos, trata-se de **empréstimos consignados contraídos com banco particular**, enquanto as parcelas foram descontadas dos proventos de



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

aposentadoria do apelante, que negando a existência de tais contratos, requer a repetição dos indébitos pela via judicial, com a cominação em danos morais.

A matéria é regida também pelo Código do Consumidor e o banco-apelante é a única parte legítima para figurar no polo passivo da demanda, não havendo razão para admitir-se o litisconsórcio necessário com a autarquia, mera repassadora dos descontos efetuados, não exercendo nenhum controle sobre a certeza e liquidez dos débitos porventura contraídos entre particulares e completamente estranhos à relação previdenciária que o INSS mantém com o aposentado.

Em 30/04/2014 o TRF da 2ª Região, ao julgar a Apelação/Reexame Necessário 2010.51.01.805209-8, Rel. Des.Federal Reis Friede, diluiu qualquer dúvida neste sentido, constando do voto do Relator os seguinte acórdãos esclarecedores:

"RESPONSABILIDADE CIVIL. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO REALIZADO EM NOME DE PENSIONISTA DO INSS CONCEDIDO POR MEIO DE FRAUDE. RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. LEIS Nºs 10.820/2003 e 10.953/2004. APLICAÇÃO DO ART. 515, § 3º, DO CPC. 1. o Juízo *a quo* extinguiu o processo, com fulcro no art. 267, V, do CPC, sob o fundamento de que o INSS e os Bancos BMG e IBI S/A seriam solidários na obrigação de reparar os danos e, como foram demandados separadamente, a procedência total ou parcial do pedido poderia ensejar a dupla reparação pelo mesmo fato. 2. Ocorre que, conforme o § 2º do art. 6º da Lei nº 10.820/2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestação em folha de pagamento, com a redação dada pela Lei nº 10.953/2004, **o INSS não tem responsabilidade solidária em relação às operações de empréstimo**. Acrescente-se que na presente demanda há pedido para que o INSS suspenda os descontos realizados em folha de pagamento do benefício da pensão da autora, o que afastaria as hipóteses de litispendência e coisa julgada em relação às demandas intentadas em face das instituições financeiras consignatárias. 3. De qualquer modo, nos termos do art. 6º da Lei nº 10.830/2003 (redação dada pela Lei nº 10.953), **o INSS é mero agente de retenção e repasse dos valores ao credor, nos empréstimos consignados de aposentados e/ou pensionistas, não participando da relação de mútuo. A existência de ilegalidade na contratação do empréstimo deve ser discutida em ação proposta contra a instituição financeira, que então será responsável pelo cancelamento e devolução das parcelas eventualmente indevidas que tenham sido cobradas, bem como pelo pagamento de indenização por danos morais, mesmo porque não restou demonstrada qualquer irregularidade na conduta do INSS**" (TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 200851018033036, Rel. Des. Federal Luiz Paulo S. Araújo Filho, 11/10/2010).

...



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

"CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. DESCONTOS INDEVIDOS. **EMPRÉSTIMO CONSIGNADO**. PEDIDO DE ANULAÇÃO DO CONTRATO E DEVOLUÇÃO DAS PARCELAS RECOLHIDAS. DANOS MORAIS E MATERIAIS. ILEGITIMIDADE DO INSS. **RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. PRECEDENTES.** 1. Ilegitimidade passiva *ad causam* do INSS para figurar em ação onde se discute a nulidade de contrato de empréstimo consignado e a devolução das parcelas recolhidas indevidamente, eis que a referida Autarquia Previdenciária não participa da relação de mútuo entre a parte autora e o banco contratado, sendo mero agente de retenção e repasse dos valores ao credor (art. 6º, da Lei 10.820/2003, com a redação dada pela Lei 10.953/2004). 2. A existência de ilegalidade na contratação do empréstimo deve ser discutida em ação proposta contra o Banco PINE S/A, que então será responsabilizado pelo cancelamento e devolução das parcelas indevidamente cobradas do segurado, bem como por eventuais danos morais e materiais existentes, uma vez que não restou demonstrado nos autos a inobservância, por parte do INSS das disposições contidas na Lei 10.820/03 e 10/953/04. Precedentes deste Tribunal na AC 480312/PE (Des. Fed. Francisco Barros Dias, Segunda Turma, DJ 06/05/2010). Apelação improvida" (TRF5, 2ª Turma, AC 200883020010174, Relator Des. Federal Francisco Wildo, DJE 02/03/2011 pg.124).

Por todo o exposto, Voto pela rejeição da preliminar.

Recife, 20 de Maio de 2014

**DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
**RELATOR.**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0328103-0**

**COMARCA: AFOGADOS DA INGAZEIRA – 2ª VARA CÍVEL**

**APELANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**

**APELADO: LUIZ GONZAGA LEMOS DE LIMA**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**VOTO DO RELATOR**

No curso da ação o apelante não se definiu: ora, o contrato é fraudulento e não teve como identificar a falha, ora se trata de instrumento perfeito e regularmente celebrado, cuja anulabilidade somente ocorreria nas hipóteses dos arts. 166 e 167 do Código Civil. Recorre da condenação que impôs a devolução em dobro das parcelas descontadas e arbitrou os danos morais em R\$ 5.000,00 e ainda do termo inicial para contagem dos juros.

A sentença ora recorrida deve ser confirmada.

Relativamente à devolução em dobro dos valores indevidamente cobrados cumpria ao réu-apelante – em face da inversão do ônus da prova – juntar cópia dos contratos assinados pelo autor, ora apelado, ou dos extratos bancários onde estivessem demonstrados os depósitos dos empréstimos e a não devolução dos valores pelo suposto contratante, nos precisos termos dos arts. 333, II do CPC, c/c art. 6º, VIII, do CDC.

Nada restou provado em desfavor do autor-apelado que, no caso, pagou prestações relativas aos empréstimos não creditados em sua conta-corrente, resultando daí a constatação da falha na prestação do serviço por parte do apelante.





**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

No STJ, a matéria foi julgada pela sistemática do art. 543-C, tendo como Relator o Em. Ministro Luis Felipe Salomão, cuja Ementa transcrevo, destacando-se do Voto o seguinte trecho:

**ACÓRDÃO:**

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.199.782 - PR (2010/0119382-8)**

**RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**

**RECORRENTE : ELISANGELA DA COSTA FERNANDES**

**ADVOGADO : LEANDRO LUIZ ZANGARI E OUTRO(S)**

**RECORRIDO : BANCO DO BRASIL S/A**

**ADVOGADO : JORGE ELIAS NEHME E OUTRO(S)**

**INTERES. : FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS FEBRABAN - "AMICUS CURIAE"**

**ADVOGADO : OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ E OUTRO(S)**

**EMENTA:**

**RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. JULGAMENTO PELA SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS. DANOS CAUSADOS POR FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FORTUITO INTERNO. RISCO DO EMPREENDIMENTO.**

**1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: As instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno.**

**2. Recurso especial provido.**

**TRECHO DO VOTO:**

*"5. Em casos como o dos autos, o serviço bancário evidentemente defeituoso, porquanto é aberta conta-corrente em nome de quem verdadeiramente não requereu o serviço (art. 39, inciso III, do CDC) e, em razão disso, teve o nome negativado. Tal fato do serviço não se altera a depender da sofisticação da fraude, se utilizados documentos falsificados ou verdadeiros, uma vez que o vício e o dano se fazem presentes em qualquer hipótese.*

*6. Portanto, para efeitos do que prevê o art. 543-C do CPC, encaminho a seguinte tese:*

*""As instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno"".*

A propósito do fortuito interno, é oportuno lembrar que, nestes casos, a responsabilidade de indenizar é objetiva e a matéria está sumulada pelo STJ:

**Súmula 479 – As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias".**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Segue-se, portanto, que não há o que reformar na sentença recorrida no que diz respeito à reposição dos valores subtraídos do autor-apelado, a título de parcelas de empréstimos não contratados, justificando-se a restituição em dobro dos descontos indevidos com as disposições contidas no art. 876 do Código Civil e art. 42, Parágrafo Único do Código de Defesa do Consumidor, pelas quais,

*"Art. 876 - "Todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir (...)" (Código Civil).*

*"Art. 42 - ...*

*Parágrafo Único - O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável". (CDC).*

Afasto a hipótese de erro justificável uma vez que o próprio apelante admitiu a existência do contrato **fraudulento**, não podendo, então, beneficiar-se da fraude para reter as quantias indevidas desrespeitando as mais elementares regras de formação do contrato e enriquecimento sem causa.

Por outro lado, o apelado, segundo os autos, **nada pagou de livre e espontânea vontade**: os descontos foram realizados à sua revelia, no seu contracheque – como se faz com os empréstimos consignados, não se aplicando ao caso a regra do art. 877 do Código Civil.

Portanto, não comprovando o apelante a existência do contrato ou o depósito do valor do empréstimo na conta-corrente do apelado, nenhum retoque merece a sentença que o condenou a devolver em dobro o que indevidamente recebeu.

Relativamente ao dano moral, os Tribunais têm entendido que a indenização a este título decorre do simples fato de a entidade bancária subtrair do consumidor uma importância destinada a suprir suas necessidades, causando-lhe



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

aborrecimento e angústia, significando dizer que o *danum in re ipsa* é presumido, na lição de Sérgio Cavalieri Filho: "Em outras palavras, o dano moral existe *in re ipsa*. Deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção *hominis* ou *facti* que decorre das regras de experiência comum". (In "Programa de Responsabilidade Civil", 5ª ed., 2ª tiragem, 2004, p. 100).

Na decisão adiante transcrita vê-se a confirmação desta tese:

"Processo: AC 2010219772 SE  
Relator(a): DES. OSÓRIO DE ARAUJO RAMOS FILHO  
Julgamento: 24/01/2011  
Órgão: 2ª CÂMARA CÍVEL  
Julgador:  
Parte(s): Apelante: BANCO MATONE S/A  
Apelado: ENALVA MADALENA MELO DOS SANTOS

**Ementa**

APELAÇÃO CÍVEL. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. EMPRESTIMO CONSIGNADO OBTIDO MEDIANTE FRAUDE. DEVER DE INDENIZAR. DANO MORAL CARACTERIZADO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Diante da afirmação da Autor no sentido de que não contratou os serviços disponibilizados pela Instituição Apelante, cabia a esta comprovar a efetiva contratação. Ônus do qual não se desincumbiu. 2. A obtenção de empréstimo consignado em nome da Autora, mediante fraude, acarretando descontos indevidos em sua folha de pagamento acarreta dano moral indenizável. As adversidades sofridas pela Autora, a aflição e o desequilíbrio em seu bem-estar, fugiram à normalidade e se constituíram em agressão a sua dignidade. 3. Valor da indenização fixado de maneira equânime, levando-se em consideração a extensão do dano advindo do ato ilícito e o caráter repressivo da medida".

Resta analisar o "quantum" indenizatório.

Arbitrado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), seguiu a magistrada os critérios da proporcionalidade, razoabilidade e a orientação do STJ, pela qual o valor fixado a este título não deve ser exorbitante, nem irrisório. Neste sentido,

"PROCESSUAL CIVIL- APELAÇÃO- INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL- SERVIÇO DE NATUREZA BANCÁRIA- APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR- RESPONSABILIDADE OBJETIVA- VALOR- PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE- CARÁTER PEDAGÓGICO DA CONDENAÇÃO. Como a prestação de serviço de natureza BANCÁRIA encerra relação de consumo, aplicável é o Código de Defesa do Consumidor. O fornecedor de



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

produtos e serviços responde objetivamente pelos eventos decorrentes do fato do produto ou do serviço que provocam danos a TERCEIROS. No arbitramento do valor da indenização por dano moral, o Juiz deve levar em consideração os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, e o caráter pedagógico da condenação". (Apelação Cível nº 1.0701.04.078811-2/001(1) - Comarca de Uberaba - 17ª Câmara Cível do TJMG - Relator Des. Márcia de Paoli Balbino - Data do Julgamento: 27/10/2005).

Na situação posta em juízo, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) vem sendo usualmente fixado no primeiro grau e mantido pelo TJPE, nada havendo a retificar para mais ou para menos.

Em relação aos juros deveriam fluir a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ), pois, o apelado nada contratou. Contudo, a fim de evitar *reformatio in pejus* mantenho o termo inicial fixado na sentença até porque, neste sentido, existe entendimento favorável da Corte Superior (STJ-4ªT, REsp 494.183, Min. Isabel Gallotti).

Dou por prequestionados os dispositivos citados no texto.

Diante de todo o exposto, meu voto é no sentido de negar provimento ao presente recurso, mantendo a sentença recorrida, cujos termos são aqui confirmados, inclusive a devolução, pelo autor, de qualquer importância recebida referente aos empréstimos desfeitos e eventualmente depositados em sua conta corrente, facultando às partes a compensação dos valores apurados.

É como voto.

Recife, 20 de maio de 2014.

**DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**RELATOR**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL**

**OS DESEMBARGADORES JOSUÉ SENA E BARTOLOMEU BUENO  
ACOMPANHARAM O VOTO DO RELATOR.**

---

**DECISÃO**

**“UNANIMEMENTE, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA  
JUSTIÇA ESTADUAL.**

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ SENA**

Apenas uma observação, desembargador Presidente. É relativa a essa arguição da incompetência.

---

**DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (PRESIDENTE)**

É, normalmente eles discutem o valor das perícias.

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ SENA**

Não, a gente já superou, mas eu digo, no caso ele pretendia chamar o INSS, o apelante pretendia chamar o INSS.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA (RELATOR)**

Foi porque é um consignado e foi descontado na pensão.

---

**DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (PRESIDENTE)**

Só que é descontado dos proventos do INSS, aí ele quer que chame o INSS, e disse que aí a matéria se deslocaria para a Justiça Federal. Não é aquela matéria propriamente de financiamento imobiliário, não.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA (RELATOR)**

Não, é outra.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (PRESIDENTE)**

Eu estou de acordo.

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ SENA**

Mesmo assim, eu também estou de acordo.

---

**DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (PRESIDENTE)**

A matéria tratada aí é de natureza meramente civil, apenas o desconto é feito nos proventos de aposentadoria do mutuário do empréstimo consignado.

---

**MÉRITO**

**DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (PRESIDENTE)**

Eu estou de acordo.

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ SENA**

Eu só tenho essa restrição. Eu diria que seria a devolução de forma simples, mas eu sou vencido aí.

---

**DECISÃO**

"MÉRITO: POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O DESEMBARGADOR JOSUÉ DE SENA, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, CONFIRMANDO-SE A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU".

---